

# O ESPAÇO LÚDICO COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA DE MULHERES NOS PROGRAMAS EJA- EPT E MULHERES MIL: EXPERIÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NO INTERIOR DO AMAZONAS

*THE PLAYFUL SPACE AS A STRATEGY FOR  
WOMEN'S RETENTION IN THE EJA-EPT AND  
MULHERES MIL PROGRAMS: EXPERIENCES AND  
RESISTANCE IN THE INTERIOR OF AMAZONAS*

Aline Zorzi Schultheis<sup>1</sup>

Jacira Dall Alba Lima<sup>2</sup>

Dalvina Teixeira Rolim<sup>3</sup>

<https://doi.org/10.31417/nexus.v12i18.591>

**Resumo:** Este estudo apresenta os resultados do Projeto de Extensão Espaço Lúdico, implementado como estratégia institucional de apoio à permanência de mulheres estudantes dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Programa Mulheres Mil e da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), em cinco municípios do interior do Amazonas. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e observações de campo realizadas nos *campi* do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) onde o projeto foi desenvolvido. O espaço atendeu crianças de dois a dez anos, oferecendo cuidado seguro e acompanhamento pedagógico durante o período de aulas das mães. Os resultados indicam que a iniciativa contribuiu para a redução da evasão, o aumento da frequência escolar e a diminuição da sobrecarga física e emocional das estudantes, favorecendo maior dedicação às atividades formativas. Também foram observados benefícios ao desenvolvimento infantil e ao fortalecimento de vínculos de solidariedade e apoio comunitário. Conclui-se que o Espaço Lúdico, ao integrar cuidado, educação e apoio social, configura-se como estratégia potente de promoção da permanência e do êxito escolar, ampliando

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM - Pró-Reitoria de Extensão. [aline.schultheis@ifam.edu.br](mailto:aline.schultheis@ifam.edu.br)

<sup>2</sup> Mestra em Ensino Tecnológico pelo IFAM. Licenciada em Pedagogia. Técnica em Assuntos Educacionais no IFAM - Campus CMZL. [jacira.dallalba@ifam.edu.br](mailto:jacira.dallalba@ifam.edu.br)

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, pela FACIBRA-EDUCANORTE, Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amazonas- PPGE-UFAM, Pedagoga no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM Campus Parintins. [dalvina.rolim@ifam.edu.br](mailto:dalvina.rolim@ifam.edu.br)

condições de inclusão e equidade educacional para mulheres que vivenciam múltiplas jornadas de trabalho e cuidado.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos; permanência escolar; espaço lúdico.

**Abstract.** *This study presents the results of the Playful Space Extension Project, implemented as an institutional strategy to support the retention of female students enrolled in Initial and Continuing Training (ICT) courses of the “Thousand Women” Program and in Adult and Youth Education integrated with Professional and Technological Education, in five municipalities in the interior of Amazonas. A qualitative approach was adopted, using semi-structured interviews and field observations conducted at Federal Institute of Amazonas (IFAM) campuses. The space served children aged two to ten, offering safe care and pedagogical activities during the mothers’ class hours. The findings indicate reduced dropout rates, increased attendance, and decreased physical and emotional overload among students, enabling greater academic engagement. Benefits to child development and strengthened community support networks were also observed. The study concludes that the Playful Space represents a powerful institutional strategy for promoting retention and academic success, expanding inclusion and educational equity for women experiencing multiple work and caregiving responsibilities.*

**Keywords:** *adult and youth education; school retention; playful space.*

## INTRODUÇÃO

A permanência de mulheres na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em programas de qualificação profissional, como o Mulheres Mil e a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), no interior do Amazonas, é permeada por desafios que extrapolam o acesso formal às vagas. As especificidades territoriais da região, as longas distâncias percorridas diariamente, a precariedade do transporte e a ausência de políticas públicas de apoio à maternidade configuram um cenário em que estudar exige enfrentar barreiras sociais, econômicas e culturais persistentes.

Nesse contexto, o Espaço Lúdico, ambiente destinado ao cuidado, à socialização e ao acompanhamento pedagógico de crianças, emerge como estratégia institucional capaz de viabilizar a permanência das mulheres-mães nos cursos. Ao oferecer um espaço seguro para os filhos durante o período das aulas, a iniciativa contribui para reduzir a sobrecarga física e emocional das estudantes, favorecendo condições mais equitativas de participação acadêmica e êxito formativo.

A ação de extensão que fundamenta este estudo originou-se de um projeto piloto, concebido a partir de demandas concretas dos estudantes dos cursos FIC. Seu objetivo foi apoiar mães estudantes por meio da criação de um Espaço Lúdico, integrando cuidado infantil, qualificação profissional e fortalecimento de redes comunitárias. Ao reconhecer a maternidade como dimensão legítima da vida acadêmica, o projeto dialoga com políticas de equidade e inclusão, superando a lógica de responsabilização individual pela permanência escolar.

A investigação de abordagem qualitativa, tem como objetivo analisar a experiência do Espaço Lúdico enquanto estratégia de apoio à permanência de mulheres estudantes, considerando suas vivências, percepções e projetos de vida. O projeto foi implementado em cinco *campi* do Instituto Federal do Amazonas: Eirunepé, Itacoatiara, Manacapuru, Maués e Tefé, envolvendo coordenadores institucionais, servidores e estudantes bolsistas de Pedagogia.

Ao evidenciar práticas bem-sucedidas, o estudo contribui para o debate sobre políticas de permanência no contexto amazônico, marcado por desafios territoriais e estruturais que impactam diretamente a continuidade dos estudos, fortalecendo a função social da educação como direito e como ferramenta de emancipação.

## PERMANÊNCIA, GÊNERO E EDUCAÇÃO DE MULHERES NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A vivência educacional de mães trabalhadoras na EJA/EPT e no Programa Mulheres Mil não pode ser compreendida apenas por meio de indicadores quantitativos de matrícula e conclusão. Trata-se de um processo condicionado por desigualdades estruturais, em que gênero, classe social, raça e território se articulam de forma complexa (Arroyo, 2005). No interior do Amazonas, longos deslocamentos fluviais ou terrestres, escassez de transporte público regular são obstáculos que impactam na frequência e no aproveitamento escolar.

O direito à educação, nesse contexto, não se concretiza apenas com a oferta de vagas, ele depende de condições materiais e simbólicas que permitam frequência e aproveitamento

efetivo. Mulheres que conciliam trabalho, cuidado com a família e estudo enfrentam obstáculos que a ausência de políticas públicas voltadas ao cuidado infantil como creches, espaços lúdicos para os filhos e horários flexíveis, tendem a agravar. Nessas circunstâncias, a evasão não decorre de desinteresse, mas de um sistema que não oferece estrutura adequada para acolher a complexidade de suas vidas (Gadotti; Romão, 2001).

Programas como o Mulheres Mil e a EJA/EPT reconhecem a necessidade de articular escolarização, qualificação profissional e inclusão social. No contexto amazônico, essa articulação é estratégica, pois cada oportunidade de estudo representa uma conquista coletiva diante das limitações territoriais e da precariedade de serviços básicos (Brasil, 2024). Currículos sensíveis às realidades locais, que dialoguem com saberes tradicionais e atividades produtivas do território, contribuem para uma aprendizagem significativa e para a autonomia das mulheres (Brasil, 2007).

Dessa forma, o Programa EJA/EPT instituído pela Portaria 962, de 1º de dezembro de 2021, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC) que tem como objetivo promover ações mobilizadoras para oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo para elevação da escolarização e qualificação profissional de trabalhadores, trabalhadoras e, conseqüentemente, o resgate de sua dignidade enquanto cidadãos e cidadãs, destinam-se a pessoas devidamente matriculadas nas Redes Municipal ou Estadual de Educação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, seja no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ou no Ensino. O Programa Mulheres Mil foi relançado pelo governo brasileiro, por meio da Portaria nº 725, de 13 de abril de 2023 e destina-se a mulheres a partir de 16 anos, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade social e econômica. No decorrer do ano de 2025, o IFAM ofertou 831 vagas em cursos de qualificação profissional em diversos *campi* do IFAM.

Em conformidade com Freire (2006), a educação deve partir da realidade concreta das mulheres amazônidas, valorizando seus saberes tradicionais e suas práticas produtivas como elementos fundamentais para a construção da autonomia. Trata-se de uma prática formativa que articula aprendizagem, trabalho e autonomia, valorizando a experiência histórica e cultural das educandas como ponto de partida para sua emancipação.

Redes comunitárias e estratégias solidárias entre as próprias estudantes têm papel relevante na permanência escolar, especialmente em regiões onde a presença do Estado é limitada. Contudo, tais arranjos não substituem políticas institucionais estruturadas. Nesse sentido, o Espaço Lúdico de cuidado infantil destaca-se como estratégia eficaz para garantir a permanência e o êxito de mães estudantes, ao integrar cuidado, educação e apoio social, reduzindo a sobrecarga e ampliando o engajamento acadêmico.

O sentimento de pertencimento e a valorização dos saberes e trajetórias dessas mulheres que trazem consigo toda essa bagagem apreendida no cotidiano de suas vidas, contribuem para o engajamento e para uma aprendizagem significativa, articulando o conhecimento formal com o vivido (Gomes *et al.*, 2021; Freire, 2006). Nesse cenário, políticas voltadas para populações rurais e ribeirinhas, que considerem deslocamentos fluviais, sazonalidade climática e economia local, têm maior potencial de impacto (Fundação Amazônia Sustentável; Instituto Unibanco, 2022). É igualmente essencial oferecer flexibilidade nos horários, formatos de aula e avaliação condizentes com estes contextos,

bem como espaços de acolhimento para os filhos dessas mães estudantes. A manutenção do vínculo escolar não pode recair apenas sobre a estudante, a evasão revela falhas estruturais e exige corresponsabilidade do poder público, da escola e da comunidade (Miguel, 2022).

A implementação de um espaço lúdico de cuidado infantil nas instituições de ensino configura-se como uma estratégia relevante para garantir a permanência e o êxito de mães estudantes, pois articula políticas de apoio acadêmico às necessidades concretas da maternidade. Nessa perspectiva, o brincar assume papel central no desenvolvimento infantil, deixando de ser compreendido como mera atividade recreativa. Conforme argumenta Vygotsky (2007, p. 122), “no brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade; no brinquedo, ela é, por assim dizer, maior do que é na realidade”. Tal compreensão evidencia que o espaço lúdico favorece a ampliação das funções psicológicas superiores, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. A participação em atividades que estimulam criatividade, socialização e aprendizado, fortalece vínculos familiares positivos com a escola. Essa estrutura reduz a sobrecarga física e mental, aumenta o rendimento escolar e amplia a autonomia das mulheres. Assim, ao oferecer um ambiente estruturado para o cuidado e a ludicidade, o IFAM não apenas apoia o desenvolvimento infantil, mas também cria condições objetivas para que mães estudantes permaneçam e tenham sucesso em sua trajetória acadêmica. A confiança nas equipes responsáveis e a integração das atividades com a rotina escolar das mães reforçam sua relevância. Entretanto, seu êxito depende de planejamento, recursos, equipe qualificada, avaliação e diálogo permanente com as estudantes.

Garantir a permanência de mulheres nos programas EJA-EPT e Mulheres Mil no Amazonas, é reconhecer que estudar é um direito que deve ser plenamente viabilizado, levando em conta toda a geografia da região, suas adversidades e as diversas situações que atravessam esse território. Promover condições concretas para que não seja necessário escolher entre aprender e cuidar é essencial para que a educação se integre de forma orgânica à vida cotidiana, deixando de ser uma concessão precária. Esse processo exige ações de sensibilização, capazes de envolver famílias, instituições e comunidades. Quando esse equilíbrio é alcançado, a escola se consolida como um verdadeiro espaço de transformação pessoal, familiar e social.

Pensar na educação de mulheres no contexto amazônico é lidar com desafios que ultrapassam a distância física: longas viagens fluviais, chuvas que impedem deslocamentos, custos elevados de transporte e realidades econômicas baseadas por atividades extrativistas e agricultura familiar. Nesse cenário, as ações dos referidos programas destacadas neste artigo, representam não apenas oportunidades da reparação de um direito violado, mas a criação de novas pontes que conectam comunidades isoladas e um mundo em constante transformação. Histórias de vida com contextos desafiadores diversos de exclusão, trabalho precoce, maternidade, migração entre outras situações que contribuem para o afastamento do ambiente escolar, desenham o cenário pessoal de mulheres estudantes da EJA. O currículo, portanto, precisa dialogar com saberes prévios e evitar a reprodução de modelos urbanos, adaptando-se às especificidades culturais, territoriais e produtivas (Pereira *et al.*, 2022; Freire, 2006).

Entre as barreiras mais marcantes, destacam-se as desigualdades de gênero e a maternidade. Muitas mulheres enfrentam jornadas múltiplas, sem acesso a benefícios ou

horários flexíveis, o que as obriga a negociar cada aula com as demandas dos colegas. A pressão social que desvaloriza a educação feminina, somada às dificuldades logísticas do território, amplia a evasão escolar. Nessas condições, a permanência não depende apenas da vontade individual, mas de políticas públicas e ações institucionais capazes de reconhecer a maternidade como dimensão legítima da vida acadêmica, criando mecanismos concretos de apoio (Arroyo, 2005; Beleza; Nogueira, 2020).

Experiências comunitárias e redes de solidariedade desempenham papel estratégico na permanência de mães estudantes, especialmente em contextos nos quais a presença do Estado se mostra limitada. Conforme discutem Gadotti e Romão (2001), a educação deve ser compreendida como prática social construída coletivamente, na qual a participação comunitária fortalece vínculos, pertencimento e corresponsabilidade. Nessa perspectiva, arranjos informais como o revezamento no cuidado das crianças, o transporte compartilhado e a troca de materiais configuram-se como mecanismos de apoio mútuo que funcionam como rede de proteção e fortalecimento social, ainda que de forma precária. Estudos e relatórios recentes também evidenciam que, em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, estratégias comunitárias assumem papel central na sustentação de trajetórias educacionais (Fundação Amazônia Sustentável; Instituto Unibanco, 2022).

Essas redes, frequentemente organizadas entre as próprias mulheres, contribuem para manter a frequência e a participação das estudantes mães, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e motivação. Desse modo, constituem um ambiente colaborativo que contrasta com vivências escolares anteriores marcadas pela exclusão e pela ausência de políticas institucionais sensíveis às demandas do cuidado.

Diante deste cenário, uma estratégia eficaz identificada foi a implantação de Espaços Lúdicos para cuidado infantil, que ultrapassam a função recreativa e se integram ao projeto pedagógico como suporte para as mães estudantes. Ao oferecer um ambiente seguro e educativo para os filhos, esses espaços reduzem a sobrecarga das mães, aumentam sua concentração nas aulas e promovem vínculos positivos com a escola. Relatos de estudantes revelam que, além de melhorar o desempenho acadêmico, a medida amplia a autonomia feminina e fortalece redes de apoio entre as próprias mães (Gomes *et al.*, 2021).

A plena participação de mulheres no ambiente escolar, seja em cursos regulares ou em programas de qualificação profissional, exige políticas articuladas que contemplem apoio financeiro, transporte escolar, currículos contextualizados, cuidado infantil institucionalizado e formação continuada de docentes. Avaliações devem considerar não apenas taxas de matrícula e conclusão, mas também indicadores qualitativos como engajamento comunitário e impacto na vida das famílias. Assim, a permanência deixa de ser tratada como responsabilidade individual e passa a ser um compromisso coletivo entre Estado, escola e comunidade (Brasil, 2018).

Em síntese, garantir o direito à educação no contexto amazônico requer reconhecer que estudar é um projeto coletivo, sustentado por políticas públicas integradas, ações comunitárias e estratégias institucionais que dialoguem com a vida real dos estudantes. E em se tratando de educação destinada às mulheres, esse projeto educacional precisa abarcar todas as dimensões do ser mulher na Amazônia. Quando a escolha entre aprender e cuidar deixa de existir, constrói-se um caminho mais inclusivo e duradouro para mulheres que buscam na EJA não apenas um diploma, mas uma oportunidade concreta de transformação social.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Neste tópico, apresentamos o percurso metodológico adotado em duas etapas da ação: a execução do Projeto de Extensão e a metodologia utilizada para o levantamento de dados que fundamentou a análise desenvolvida neste artigo.

### O Projeto de Extensão Espaço Lúdico para Apoio de Mulheres em Formação

O Projeto de Extensão Espaço Lúdico para Apoio de Mulheres em programa de qualificação profissional, teve como objetivo principal proporcionar às estudantes com filhos um ambiente seguro e acolhedor, no qual suas crianças pudessem permanecer e participar de atividades lúdico-educativas durante o período em que as mães estavam envolvidas em atividades acadêmicas. A iniciativa buscou, assim, promover a permanência estudantil e assegurar maior equidade no acesso à educação.

O projeto é resultado da iniciativa e articulação de gestores e servidores comprometidos, que, ao longo de sua trajetória profissional junto aos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), identificaram entre os fatores mais recorrentes de evasão das mulheres, a ausência de um local seguro para deixar os filhos enquanto se dedicavam aos estudos.

A execução contou com financiamento da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que destinou ao projeto-piloto o montante de R\$90.000,00 (noventa mil reais). Para viabilizar a iniciativa, foi firmado contrato entre o IFAM e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão do IFAM (FAEPI), que atuou não apenas como prestadora de serviços, mas também como parceira, uma vez que cobrou apenas parte da Despesa Operacional Administrativa (DOA) para gerir a execução financeira do projeto.

O projeto elaborado foi destinado a crianças de 02 a 10 anos, para atender as estudantes selecionadas e matriculadas no Instituto Federal do Amazonas nos Programa Mulheres Mil Ciclo 3º e na EJA-EPT. As despesas do projeto foram destinadas, principalmente, ao pagamento de bolsistas e à aquisição de materiais de consumo, incluindo itens de higiene e limpeza, brinquedos, materiais de papelaria, jogos pedagógicos e livros paradidáticos adequados à faixa etária das crianças.

Os campi participantes foram selecionados a partir de manifestação de interesse e da garantia de condições mínimas de infraestrutura para o acolhimento das crianças. Por se tratar de um projeto-piloto, não foi possível contemplar todas as unidades interessadas, em razão da limitação orçamentária.

No total, cinco campi foram contemplados, todos envolvidos na oferta de cursos do Programa Mulheres Mil e/ou da EJA-EPT. Para cada campus, foram selecionados dois estudantes de Pedagogia, todas mulheres, por coincidência, que assumiram a função de bolsistas, tutoras responsáveis pelo desenvolvimento das atividades com as crianças durante a execução do Espaço Lúdico. A seleção para coordenação do projeto e para monitoria diária das crianças dos espaços lúdicos, foi efetuada via edital de seleção pública.

O projeto previa, inicialmente, o atendimento de cinquenta (50) crianças, sendo dez (10) por campus. Entretanto, diante da elevada demanda e após análise de viabilidade realizada pelos coordenadores locais do Programa, foi possível ampliar a capacidade de atendimento,

contemplando, ao todo, sessenta e sete (67) crianças, que foram atendidas entre os meses de março e junho do ano de 2025, período de ocorrência dos cursos FIC nos campi contemplados com o projeto. Como resultado, cinquenta e duas (52) mães estudantes foram diretamente beneficiadas pela iniciativa e todas elas concluíram os cursos FIC em que estavam matriculadas.

## Metodologia adotada para construção do estudo

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, com foco na compreensão aprofundada das experiências e percepções das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil e da EJA-EPT no contexto amazônico a partir da implementação de Espaços Lúdicos de acolhimento para seus filhos. A escolha desse delineamento buscou captar a complexidade dos fatores que influenciam a permanência e o êxito escolar, considerando as dimensões sociais, culturais e territoriais envolvidas (Minayo, 2017).

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com 21 mães participantes e observações de campo realizadas entre os meses de junho e julho de 2025. Também foram analisados os cadernos de campo das bolsistas, que registraram atividades, percepções e desafios ao longo da execução do projeto. Para garantir o anonimato das participantes, foram utilizados nomes fictícios, mantendo-se, contudo, suas idades e localidades.

O levantamento e o tratamento das informações seguiram orientações de rigor metodológico conforme Lakatos e Marconi (2017), assegurando coerência entre os objetivos e a estratégia investigativa. A triangulação entre dados de campo, documentos institucionais e referências bibliográficas reforçou a validação e a consistência das conclusões apresentadas.

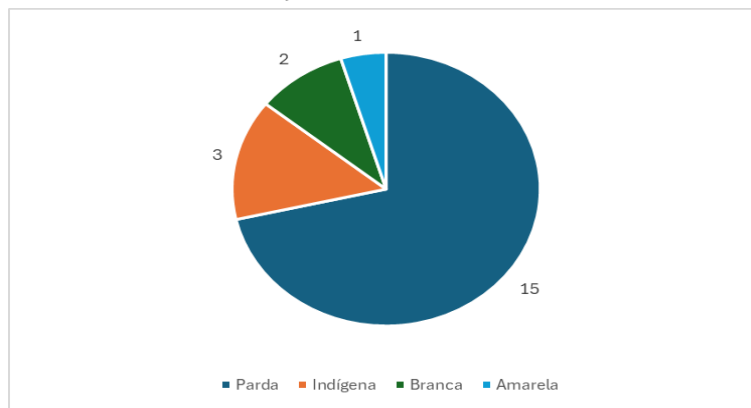
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres participantes da pesquisa apresentam perfil marcado por vulnerabilidades sociais, econômicas e educacionais. Com idades entre 22 e 57 anos, a maioria exerce papel central na manutenção do lar, muitas vezes como principal responsável pelo cuidado dos filhos. A renda familiar é predominantemente baixa, com forte dependência de programas de transferência de renda, e as trajetórias educacionais são marcadas por interrupções associadas à maternidade precoce e ao trabalho informal.

No gráfico 1, podemos observar a raça/cor das mulheres que participaram das entrevistas. A partir dos dados é possível observar que a maioria das entrevistadas se autodeclara parda, evidenciando a permanência das desigualdades raciais no acesso a direitos sociais, educacionais e econômicos. Esse dado aponta para a interseccionalidade entre gênero, raça e classe como elemento estruturante das desigualdades vivenciadas por mulheres em contextos de vulnerabilidade.

A renda familiar das entrevistadas revela elevado grau de precariedade econômica, (51%) das mulheres entrevistadas dependem de programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, sendo recorrente a ausência de outras fontes de rendimento. As demais mulheres (48%) afirmam viver com até R\$2.000 por mês. Tal dado demonstra que o projeto de fato atendeu mulheres em vulnerabilidade social.

Gráfico 1: Raça/Cor das mulheres entrevistadas



Fonte: Autores, 2025.

As entrevistas também revelaram a diversidade de perfis entre as participantes, variando em idade, estado civil, número de filhos e escolaridade prévia. Essa heterogeneidade reforça que as estratégias de permanência precisam ser flexíveis e adaptáveis, capazes de responder a múltiplas realidades sem perder a eficácia.

A análise das entrevistas evidencia que o Espaço Lúdico foi determinante para a permanência das mulheres nos cursos. As falas convergem ao indicar que, sem um local seguro para deixar os filhos, a frequência às aulas seria inviável. A existência do espaço reduziu a ansiedade e a sobrecarga emocional, permitindo maior concentração, assiduidade e engajamento acadêmico, confirmando que a permanência não é resultado apenas da motivação individual, mas de condições objetivas de apoio (Arroyo, 2005). Quando questionada sobre a importância do Espaço Lúdico para a sua trajetória acadêmica no curso FIC, uma das mães entrevistadas que teve três filhos participando do projeto, respondeu:

Foi muito, muito importante, **porque eu nunca tinha tido a chance de fazer um curso desse**, justamente por essa questão deles, principalmente da pequena. Porque o meu esposo trabalha no comércio e às vezes ele volta pra casa às oito e meia da noite. E a maioria dos cursos são à noite, eles começam, o quê? Seis e meia, sete horas, sete e meia no máximo. E nunca dá pra eu fazer por causa disso. Então, como tem uma salinha para os meninos, foi uma bênção, **porque era tudo que eu sempre estava procurando fazer**. E agora tem onde eles fiquem. Eles gostam muito de vir. [...] **se não tivesse esse projeto, eu não estaria fazendo o curso** (Marta, 40 anos, Município de Eirunepé/AM).

O Espaço Lúdico configurou-se, portanto, como uma oportunidade concreta de acesso e a plena participação na educação para essa mulher.

A análise do depoimento de outra mãe, cuja filha foi atendida pelo projeto, reafirma a centralidade dessa iniciativa para a permanência e o êxito das estudantes. Ela relatou: *“Pra mim foi bom porque não tinha com quem deixar eles em casa e, muitas vezes, eu era obrigada a faltar ao meu curso para ficar com eles em casa*, (Cleide, 24 anos, Município de Maués/AM)”. O depoimento da mãe revela um aspecto estrutural das desigualdades de gênero: a sobrecarga das mulheres no cuidado com os filhos e a ausência de uma rede de apoio consistente.

As mães, participantes da pesquisa, também destacaram a tranquilidade emocional proporcionada pela existência de um espaço seguro e acolhedor para deixar os filhos durante o período de estudos. Relataram, ainda, que, nesse contexto lúdico, as crianças

tiveram acesso às experiências de aprendizagem que favorecem seu desenvolvimento intelectual, emocional e social. Essa afirmação revela um efeito que vai além do cuidado físico: a escola se torna, simultaneamente, um espaço de aprendizagem para mães e filhos, o que fortalece a relação afetiva com o ambiente escolar (Freire, 2006). Na figura 1, é possível observar uma das atividades desenvolvidas no Espaço Lúdico relacionadas a conteúdos formais que contribuíram para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças envolvidas.

Figura 1- Atividades desenvolvidas no Espaço Lúdico.



Fonte: Arquivo do projeto, 2025.

Outro aspecto destacado pelas entrevistas, diz respeito aos benefícios observados no desenvolvimento infantil. As crianças passaram a demonstrar maior interesse por atividades como pintura, desenho e socialização, criando vínculos positivos com o ambiente escolar. Ao frequentarem a escola juntamente com as mães, ainda que em espaços diferentes, as crianças passam a naturalizar o ato de estudar como parte da rotina familiar. Essa experiência fortalece a relação da família com a escola e contribui para a construção de um imaginário positivo sobre a educação desde a infância. Nesse contexto, o retorno das mães à escola pode ser compreendido como movimento que ressignifica o lugar da instituição escolar na experiência familiar, produzindo novos horizontes para as crianças.

A pesquisa de campo também evidenciou que, mesmo diante de benefícios claros, existem desafios estruturais que persistem. Juliana Silva (29 anos, Município de Eirunepé/AM), mãe de três crianças, apontou que “*o transporte tem sido o principal desafio*”. Essa fala remete ao desafio logístico recorrente na região, onde a distância e as condições precárias de deslocamento impactam a assiduidade e o engajamento. Estudos sobre a educação no Amazonas indicam que a precariedade do transporte escolar fluvial e terrestre é um dos fatores mais críticos para a evasão, especialmente para mulheres com filhos pequenos (Fundação Amazônia Sustentável; Instituto Unibanco, 2022).

Para algumas mães, a adesão ao projeto representou não apenas um suporte funcional, mas também um estímulo psicológico. Francisca Oliveira (25 anos, Município de Tefé/AM) relatou que a filha “se interessou pela pintura, pelo desenho, trouxe mais motivação para ela

querer vir mais ainda”. Esse interesse da criança retroalimenta o compromisso da mãe com a frequência escolar, criando uma relação de reciprocidade no engajamento, um fenômeno que dialoga com a noção freireana de educação como prática de liberdade, onde o ato de aprender envolve toda a comunidade familiar (Freire, 2006). Na figura 2, é possível observar uma atividade envolvendo pintura que foi realizada durante a execução do projeto.

Figura 2 - Atividade de Pintura no Espaço Lúdico



Fonte: Arquivo do projeto, 2025.

O Espaço Lúdico também funcionou como catalisador de redes de apoio entre as próprias mães. O convívio regular favoreceu a troca de experiências, apoio emocional e solidariedade cotidiana, fortalecendo o capital social comunitário. Esse aspecto é particularmente relevante em contextos amazônicos, onde a oferta de serviços públicos é limitada e as redes informais desempenham papel central na sustentação da permanência escolar (Gomes *et al.*, 2021).

Ao longo das falas, nota-se que o espaço lúdico contribuiu para ressignificar a percepção das mães sobre o papel da escola. Ao invés de ser um ambiente distante, burocrático e centrado apenas no ensino formal, a instituição passa a ser vista como parceira da vida cotidiana, capaz de compreender e responder às demandas reais das famílias. Esse alinhamento fortalece o vínculo de confiança, fundamental para a permanência e para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva (Freire, 2006).

É interessante observar que, mesmo para aquelas que não relataram grandes dificuldades pessoais, a importância do espaço lúdico foi reconhecida como fator de tranquilidade para estudar. Essa constatação confirma que políticas de permanência não beneficiam apenas quem enfrenta barreiras explícitas, mas também previnem que novas dificuldades surjam, funcionando como barreira protetiva contra a evasão (Brasil, 2024).

O impacto na autonomia das mães estudantes é outro aspecto a ser destacado. Ao contar com um local seguro para os filhos, elas deixam de depender exclusivamente de

familiares ou vizinhos para garantir a frequência às aulas. Essa autonomia reduz a vulnerabilidade a julgamentos ou interferências externas sobre sua decisão de estudar, fortalecendo a identidade da mulher como sujeito de direito à educação (Arroyo, 2005).

Não menos importante é a constatação de que o espaço lúdico, para algumas mães, representou um primeiro contato com a possibilidade de políticas públicas efetivas que dialogassem com suas necessidades. Essa vivência pode gerar um efeito multiplicador, incentivando maior engajamento cívico e participação em outras iniciativas comunitárias e institucionais (Miguel, 2022).

É possível afirmar que o projeto alcançou êxito não apenas por atender a uma demanda concreta de cuidado infantil, mas por fazê-lo de maneira integrada à proposta educacional do Mulheres Mil e da EJA-EPT. Essa inte C:\Users\2112401\Desktop\Estágio\2026gração garante que o espaço lúdico não seja visto como um serviço apartado, mas como parte do ecossistema formativo que sustenta a permanência e o êxito educacional (Arroyo, 2005).

Em última instância, os resultados da pesquisa de campo confirmam que o espaço lúdico funciona como uma prática de resistência frente às desigualdades de gênero e territoriais. Ele demonstra que é possível criar soluções localizadas, sensíveis às condições reais das comunidades amazônicas, e que essas soluções, quando bem estruturadas, têm impacto direto na permanência e no sucesso escolar das mulheres (Brasil, 2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada evidencia que políticas de permanência voltadas a mulheres mães na EJA e no Programa Mulheres Mil não podem ser tratadas como ações secundárias. O Espaço Lúdico demonstrou que o cuidado infantil é elemento central para garantir frequência regular, tranquilidade emocional e aproveitamento acadêmico, integrando-se à própria estrutura de funcionamento da escola.

Os resultados mostram que a permanência escolar é sustentada por um conjunto de condições interdependentes, que incluem segurança das crianças, confiança nas equipes, fortalecimento de vínculos comunitários e reconhecimento da maternidade como dimensão legítima da vida acadêmica. Tais condições produzem efeitos que ultrapassam o espaço escolar, impactando positivamente as famílias e as comunidades.

Os relatos das participantes mostram que essa política também promove transformações que ultrapassam o espaço escolar. Ao verem os filhos engajados em atividades lúdicas e educativas, as mães reafirmam seu compromisso com os estudos e passam a enxergar a educação como um projeto coletivo que pode atender a expectativa desejada. Esse movimento fortalece a autoestima, amplia horizontes e ressignifica a função social dos espaços educativos.

O estudo aponta, portanto, para a necessidade de compreender a permanência como um compromisso coletivo que envolva a instituição escolar, as políticas públicas e a própria comunidade. Isso significa planejar ações integradas, capazes de responder às condições específicas do território e às múltiplas dimensões da vida das mulheres que buscam na EJA e no Mulheres Mil não apenas um diploma, mas uma oportunidade real de transformação.

Persistem, contudo, desafios estruturais relacionados à logística e à oferta de serviços públicos, indicando que iniciativas como o Espaço Lúdico precisam ser articuladas a políticas mais amplas. Ainda assim, a experiência analisada reafirma que garantir a

permanência é reconhecer que estudar é um direito que deve ser plenamente viabilizado, sem que mulheres precisem escolher entre aprender e cuidar. Quando essa escolha deixa de existir, constrói-se um caminho mais justo, inclusivo e duradouro para a educação no contexto amazônico.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programa Mulheres Mil**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec-divulga-mapa-das-mais-de-7-mil-formaturas-antecipadas-de-cursos-da-saude/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/mulheres-mil>. Acesso em: 01 Ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional: Documento Base**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: [https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/proeja\\_doc\\_base.pdf](https://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/proeja_doc_base.pdf). Acesso em: 01 Ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BELEZA, J. O.; NOGUEIRA, E. M. L. Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. RECH – **Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem-estar**. ISSN 2594-8806. Ano 4, Vol. IV, N.º 2, 2020: Temas livres em Ensino de Ciências e Humanidades (p. 107-126).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL; INSTITUTO UNIBANCO. **Radar educacional amazônico: iniciativas promissoras para a educação de populações rurais e ribeirinhas no Amazonas**. Manaus: FAS, 2022.

GADOTTI, M. ROMÃO, J. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 11. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. p. 29.

GOMES, R. de O.; VASCONCELOS, C. F. C.; JUSTI, J. Acesso e permanência dos egressos da Educação de Jovens e Adultos no ensino superior: estudo em Parintins, Amazonas. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 10, n. 8, p. 15-36, out./dez. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Título: **Fundamentos de Metodologia Científica** Edição: 8. ed. Editora: Atlas, 2017

MIGUEL, J. C., **Educação de jovens e adultos: teoria, práticas e política**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. 470 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/cpzbc>. Acesso em: 01 Ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

PEREIRA, H. C. et al.. Migração rural-urbana por demanda educacional no Médio Solimões, Amazonas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270029, 2022.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.